

**A MEDIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA E A PREVENÇÃO DOS
PROBLEMAS DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

**PSYCHOPEDAGOIC MEDIATION AND THE PREVENTION OF
LEARNING PROBLEMS IN CHILD EDUCATION**

**LA MEDIACIÓN PSICOPEDAGÓGICA Y LA PREVENCIÓN DE LOS
PROBLEMAS DE APRENDIZAJE EN LA EDUCACIÓN INFANTIL**

José Carlos de Melo

Pós-Doutor em Educação pela Universidade Católica de Santos – UNISANTOS. Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Docente do Departamento de Educação II e do PPGEEB da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Coordenador do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência (GEPEID).
mrzeca@terra.com.br

Andréa Rodrigues de Souza

Pedagoga e Especialista em Docência na Educação Infantil pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA. Professora de Educação Infantil da SEMED/São Luís. Membro do Grupo de Estudos, Pesquisas, Educação, Infância & Docência (GEPEID).
andrear.souza@hotmail.com

Recebido para avaliação em 20/11/2018; Aceito para publicação em 08/12/2018.

RESUMO

O presente artigo é fruto de discussões realizadas sobre a mediação psicopedagógica na prevenção de problemas de aprendizagem durante a educação infantil. Quanto ao objetivo, esta pesquisa classifica-se como bibliográfica, baseada em autores como Bossa (2011), Oliveira (2009), Bayer (2006), dentre outros e nos documentos que norteiam a educação infantil no país. Quanto a abordagem, optou-se pela qualitativa, que permite ao pesquisador extrair dados mais complexos e realizar análises mais profundas. A pesquisa revelou que enquanto instituição social, a escola necessita atender as novas demandas sociais, dentre elas, a inclusão de todas as pessoas, garantindo-lhes o direito a aprendizagem, e que a atuação dos profissionais da área de psicopedagogia constitui-se como uma ferramenta importante no enfrentamento dos problemas relacionados a dificuldades de aprendizagem no âmbito escolar e social.

Palavras-chave: Mediação Pedagógica; Educação Infantil; Psicopedagogia.

ABSTRACT

This article is the result of discussions about psychopedagogical mediation in the prevention of learning problems during early childhood education. As for the objective, this research is classified as bibliographical, based on authors such as Bossa (2011), Oliveira (2009), Bayer (2006), among others and in the documents that guide children's education in the country. As for the approach, we opted for the qualitative one, which allows the researcher to extract more complex data and perform deeper analysis. The research revealed that as a social institution, the school needs to meet the new social demands, among them, the inclusion of all the people, guaranteeing them the right to learning, and that the performance of professionals in the field of psychopedagogy constitutes as an important tool in coping with problems related to learning difficulties in school and social settings.

Keywords: Pedagogical Mediation; Child Education; Psychopedagogy.

RESUMEN

El presente artículo es fruto de discusiones realizadas sobre la mediación psicopedagógica en la prevención de problemas de aprendizaje durante la educación infantil. En cuanto al objetivo, esta investigación se clasifica como bibliográfica, basada en autores como Bossa (2011), Oliveira (2009), Bayer (2006), entre otros y en los documentos que orientan la educación infantil en el país. En cuanto al enfoque, se optó por la cualitativa, que permite al investigador extraer datos más complejos y realizar análisis más profundos. La investigación reveló que como institución social, la escuela necesita atender las nuevas demandas sociales, entre ellas, la inclusión de todas las personas, garantizándoles el derecho al aprendizaje, y que la actuación de los profesionales del área de psicopedagogía se constituye como una herramienta importante en el enfrentamiento de los problemas relacionados a dificultades de aprendizaje en el ámbito escolar y social.

Palabras clave: Mediación Pedagógica; Educación Infantil; Psicopedagogía.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, um tema muito discutido pelos profissionais da Educação tem sido a importância da mediação psicopedagógica na prevenção de problemas de aprendizagem, sobretudo pela Psicopedagogia. Este tema é de grande relevância no contexto educacional brasileiro, tendo em vista que muitas crianças têm apresentado dificuldades de aprendizagem desde a mais tenra idade, ou seja, a partir de sua inserção na Educação Infantil, ficando sob a responsabilidade dos psicopedagogos realizar essa mediação.

Considerada como a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil tem como finalidade promover o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade, mas para que isso ocorra de forma efetiva, faz-se necessário que haja a participação e integração entre a escola, família e comunidade (BRASIL, 1996).

Assim sendo, esta pesquisa buscou compreender à luz da teoria quais são as contribuições da Psicopedagogia no tocante à prevenção e tratamento dos problemas de aprendizagem no contexto da educação infantil. Buscando respostas a esse questionamento, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, que, de acordo com Severino (2007, p. 122), é aquela que se realiza a partir dos “registros disponíveis de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados”.

O aporte teórico subsidiou-se em autores como Bossa (2011), Martini (1999), Oliveira (2009) e nos documentos legais que norteiam a educação infantil no país, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos Referenciais

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI).

A abordagem escolhida foi a qualitativa, que conforme destaca Minayo (2007, p. 21):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Para melhor entendimento desta pesquisa, o trabalho encontra-se assim constituído: na primeira parte tem-se a presente introdução, que esclarece o objetivo geral da pesquisa, seguida de uma breve abordagem sobre a Educação Infantil no contexto brasileiro. Na sequência, discute-se sobre a importância da Psicopedagogia e o papel do psicopedagogo na intervenção dos problemas de aprendizagem na infância, e por fim, apresentam-se as considerações finais.

EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL: uma breve abordagem

O atendimento educacional de crianças pequenas no país é um tema que vem sendo bastante discutido nos últimos anos, sobretudo pela necessidade de se contemplar práticas e metodologias que atendam às suas especificidades, bem como formar profissionais para atender essas demandas.

Em relação à educação da criança pequena no país, pode-se afirmar que historicamente esta responsabilidade era de inteira atribuição de sua família, que detinham o poder de vida ou morte sobre essas crianças. Isso ocorria dentre outros motivos porque havia além dos filhos legítimos oriundos do casamento, os filhos bastardos, ademais haviam as crianças que apresentavam algum tipo de deficiência; estas em sua maioria eram mortas ou abandonadas, por serem consideradas inaptas para a vida em sociedade, fazendo com que o infanticídio fosse uma prática comum durante os primórdios da sociedade brasileira (DIDONET, 2001).

As primeiras instituições destinadas aos cuidados e posteriormente à educação das crianças no Brasil foram as creches e os jardins de infância. De acordo com Kuhlmann Jr. (1998), essas instituições surgiram a partir da necessidade e da reivindicação das mulheres

que trabalhavam nas fábricas de terem um local para deixarem seus filhos durante a sua jornada de trabalho.

Já os chamados Jardins de Infância, surgiram com uma nova perspectiva, que era a de escolarizar as crianças pequenas, sendo o primeiro fundado na cidade do Rio de Janeiro denominado de Colégio Menezes, pertencente à iniciativa privada e fundado em 1875, e o segundo de origem pública na cidade de São Paulo, anexo à escola Caetano de Campos no ano de 1896. Entretanto, observa-se que mesmo sendo mantido pelo poder público, o jardim Caetano de Campos atendia aos filhos das elites paulistas, fazendo com que as crianças pertencentes às classes menos favorecidas tivessem menos acesso a esta instituição (KUHLMANN JR., 2001).

Dessa forma, observa-se que tanto a creche quanto os jardins de infância possuíam finalidades diferentes. Enquanto a primeira instituição se destinava às classes proletárias, tendo como objetivo maior promover os cuidados referentes à higiene e alimentação, a segunda se destinava a promover o acesso a uma cultura mais letrada, preparando assim essas crianças para prosseguirem em seus estudos, ou seja, uma educação dualista que separava pobres e ricos, ajudando a manter o status social e os privilégios da classe dominante.

Conforme sinaliza Kramer (2003), nos anos seguintes, a criança e conseqüentemente sua educação foram vistas como algo sem muita importância, o que predominava era a concepção de educação assistencialista nas creches e o processo de escolarização precoce nos jardins de infância, revelando assim uma educação dualista e que claramente definia os papéis sociais que aquelas crianças assumiriam no porvir.

Foi somente a partir da promulgação da atual Constituição Federal, que a criança passou a ser reconhecida como um sujeito histórico e de direitos, dentre eles o de ter uma educação laica e gratuita, sendo este direito reafirmado dois anos depois pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Assim sendo, começou-se a pensar acerca das bases dessa educação e sobre a sua importância nessa etapa do desenvolvimento humano (BRASIL, 1990).

No ano de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.394/96 que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, onde a Educação Infantil destinada a crianças de zero a cinco anos tem o seguinte propósito:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 10).

A formação docente para atuar na área foi outra contribuição significativa dessa lei, que estabelece dentre os critérios para atuar na área a:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996, p. 21).

Destaca-se que uma vez instituída, a educação infantil necessitava de profissionais capacitados para atender às novas demandas dessa etapa, mas, para que isso acontecesse de forma efetiva, fazia-se necessário se investir em formação inicial (cursos de licenciatura) e continuada (especializações, cursos de Formação Inicial e Continuada FIC e formações ofertadas no âmbito das escolas), que pudessem instrumentalizar esse professor para o exercício profissional, tendo em vista que na época muitos professores que atuavam na educação infantil não possuíam formação em nível superior.

Nos anos posteriores foram elaborados outras leis e documentos que passaram a nortear as práticas educativas direcionadas à infância e que também reafirmaram o direito da criança a uma educação de qualidade, a exemplo do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RECNEI (1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (1999) e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017).

Esses documentos consideram a criança como um:

Sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. [...] As crianças possuem uma natureza singular, que as caracterizam como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio (BRASIL, 1998, p. 21).

A partir do exposto, pode-se inferir que a educação infantil é considerada como o ponto de partida da escolarização obrigatória no país e se constitui como um direito inalienável da criança de zero a cinco anos de idade e dever do Estado. Assim sendo, torna-se imprescindível a formação docente para atuar na área.

Entretanto, sabe-se que por mais capacitado que esses profissionais possam ser, existem questões que estão para além da sua profissão, um desses exemplos são algumas dificuldades enfrentadas por alunos no tocante ao processo de ensino e aprendizagem, sendo necessário que haja a intervenção de outros profissionais como é o caso de psicólogos, fonoaudiólogos e do psicopedagogo, conforme será visto a seguir. Antes, porém, se faz necessário conhecer um pouco mais sobre essa área de conhecimento.

A RELEVÂNCIA DA PSICOPEDAGOGIA PARA AUXILIAR CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

A Psicopedagogia é uma ciência que surgiu a partir da necessidade de auxiliar pessoas com dificuldades de aprendizagem, possui uma abordagem multidisciplinar que envolve as áreas da Psicologia, Pedagogia, Psicanálise, Linguística e Neuropsicologia, tendo como objetivo compreender a questão da aprendizagem de forma ampla, percebendo as contribuições dessas áreas para o processo de desenvolvimento do indivíduo de forma global e não isolada (BOSSA, 2011).

De acordo com Martini (1999), a Psicopedagogia vem sendo utilizada há alguns anos com o intuito de compreender os fatores que causavam e/ou influenciavam o baixo rendimento de algumas pessoas, sobretudo no ambiente escolar. Na mesma direção, Visca (1987, p. 33), ao refletir sobre as origens da Psicopedagogia afirma que esta:

Nasceu como uma ocupação empírica pela necessidade de atender as crianças com dificuldades na aprendizagem, cujas causas eram estudadas pela medicina e psicologia. Com o decorrer do tempo, o que inicialmente foi uma ação subsidiária destas disciplinas, perfilou-se como um conhecimento independente e complementar, possuidor de um objeto de estudo (o processo de aprendizagem) e de recursos diagnósticos, corretores e preventivos próprios.

Nas décadas de 1960 e 1970, esta ciência sofreu grande influência de correntes da psicologia, tais como o Humanismo e o Behaviorismo, que, conforme sinaliza o autor, possibilitavam ao profissional realizar uma análise que trazia como ponto de partida dois paradigmas: a vontade de aprender aquilo que realmente se gosta (Humanismo) e a importância de se ter um estímulo visando uma resposta, conforme destaca Scoz e Mendes (2002):

[...] A psicopedagogia além de dominar a patologia e a etiologia dos problemas de aprendizagem, aprofundou conhecimentos que lhe possibilitam uma contribuição efetiva não só relacionada aos problemas de aprendizagem, mas, também, na melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas. [...]. Dessa forma contribui para a percepção global do fato educativo e para a compreensão satisfatória dos objetivos da educação e da finalidade da escola, possibilitando, assim, uma ação transformadora (SCOZ; MENDES, 2002, p. 34).

Na atualidade, observa-se que a Psicopedagogia pauta-se sob o direcionamento de três correntes principais, são elas a Psicanálise, que defende a ideia de que para que o aprendizado ocorra de forma efetiva, é necessário haver um vínculo entre quem ensina e quem aprende, além do associacionismo, no qual se tem como principal conceito as

influências que os fatores externos exercem nesse contexto. E, por fim, o construtivismo, que defende a ideia de que existe uma relação intrínseca entre as relações sociais e a construção de conhecimento entre os indivíduos (MARTINI, 1999).

Existem dois campos principais para a atuação da Psicopedagogia. O primeiro é o clínico, onde tem-se como foco a realização de tratamento terapêutico, buscando compreender porque o indivíduo não aprende, para assim buscar meios de ajudá-lo a superar esse problema (MORAES, 2010).

O segundo é o institucional, que pode ser desenvolvido em instituições como empresas, hospitais e em escolas. No contexto escolar, destaca-se que o profissional habilitado em Psicopedagogia trabalha com a prevenção, sobretudo a prevenção de problemas de aprendizagem como os discentes, fazendo com que este profissional seja de fundamental importância dentro do ambiente escolar (OLIVEIRA, 2009).

Conforme destaca o Código de Ética da profissão do psicopedagogo formulado pela Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPP, 2011) no seu artigo 3º, são objetivos desse profissional:

- a) promover a aprendizagem, contribuindo para os processos de inclusão escolar e social;
- b) compreender e propor ações frente às dificuldades de aprendizagem;
- c) realizar pesquisas científicas no campo da Psicopedagogia;
- d) mediar conflitos relacionados aos processos de aprendizagem.

Assim sendo, pode-se inferir que uma das funções principais da Psicopedagogia no âmbito educacional é o de promover a inclusão de alunos com dificuldades cognitivas, trabalhando em parceria com o professor da sala de aula regular, buscando promover um melhor diálogo e estabelecer uma parceria, pois conforme destaca Vercelli (2009, p. 73):

A Psicopedagogia institucional é um campo de estudo que vem se desenvolvendo como ação preventiva de muita importância, mas é vista como ameaçadora, pois tem por objetivo fortalecer a identidade do grupo e transformar a realidade escolar. Torna-se ameaçadora, pois em muitos casos, o psicopedagogo poderá propor mudanças para que determinadas crianças aprendam, mas, infelizmente, muitos educadores resistem a essas mudanças e interpretam o que lhes foi dito como se não estivessem dando conta do papel que exercem.

Observa-se do exposto acima, que nem sempre as relações entre professores e psicopedagogos são harmoniosas, considerando que em muitos casos existe um conflito em relação aos papéis exercidos por ambos os profissionais, especialmente pelo fato de o psicopedagogo por vezes sugerir mudanças no que se refere a práticas educativas muitas

vezes cristalizadas e destinadas a atender as demandas educativas dos alunos, desconsiderando assim a diversidade existente em sala.

Mas como identificar os alunos que possuem déficits na aprendizagem? Inicialmente é preciso que o educador realize uma avaliação prévia do acompanhamento do aluno nas atividades propostas. Ao serem verificadas situações em que essas crianças apresentam comprometimento na aprendizagem, estas devem ser encaminhadas para uma avaliação com o psicopedagogo para realizar uma avaliação, buscando assim obter um melhor diagnóstico.

Em relação à importância do diagnóstico, concorda-se com Bossa (2011), quando afirma que este:

É de extrema relevância detectarmos, através do diagnóstico, o momento da vida da criança em que se iniciam os problemas de aprendizagem. Do ponto de vista da intervenção, faz muita diferença constatar que as dificuldades de aprendizagem se iniciam com o ingresso na escola, pois pode ser um forte indício de que a problemática tinha como causa fatores intraescolares (BOSSA, 2011, p. 101).

Nesse sentido, pode-se afirmar que o diagnóstico é algo bastante complexo, e que exige do investigador uma análise minuciosa. Em se tratando do diagnóstico realizado pelo psicopedagogo, este tem como objetivo descobrir os motivos pelos quais a pessoa não consegue aprender, tratando-se de crianças pequenas, possibilita ainda a intervenção precoce, o que contribui significativamente no processo de superação desses obstáculos.

Com relação aos instrumentos utilizados por esse profissional para realizar o diagnóstico, além de técnicas mais simples, a exemplo da entrevista e anamnese, encontram-se os testes projetivos, avaliação perceptomotora, teste de apercepção infantil (CAT); teste de apercepção temática (TAT); provas de nível de pensamento (Piaget); avaliação do nível pedagógico, desenho referente aos membros de sua família, testes psicomotores, lateralidade, estruturas rítmicas, dentre outros, com a finalidade de reunir a maior quantidade de dados possíveis para serem analisados (BOSSA, 2011).

A entrevista e a anamnese consistem num roteiro de perguntas e observações sobre cada caso, e configuram-se como o primeiro passo para a realização de uma avaliação psicopedagógica, pois é através desses instrumentos que o psicopedagogo busca identificar os principais fatores responsáveis pelas dificuldades de aprendizagem enfrentadas pelas crianças. Já os demais tipos de testes aplicados, a exemplo do TAT, trabalham numa perspectiva mais subjetiva, utilizando a técnica de interpretação de figuras por meio da

contação de histórias, como o objetivo de conhecer determinadas da personalidade do indivíduo (COLL; MARTIN, 2006).

Observa-se que o objetivo maior do diagnóstico está para além de simplesmente descobrir o que existe por trás das dificuldades de aprendizagem de uma criança, pois conforme destaca Bossa (2011), independentemente dos fatores que estão interferindo no processo de ensino-aprendizagem desse aluno, faz-se necessário que a escola proporcione a elas não somente o acesso à educação, mas também o seu acesso e permanência.

Após serem diagnosticadas, essas crianças necessitam fazer um acompanhamento com uma equipe multiprofissional. No caso do psicopedagogo, pode-se afirmar que ele é um profissional indispensável nesse processo, uma vez que as crianças pequenas demandam necessidades educacionais que envolvem as esferas cognitivas, afetivas e sociais, necessitando assim de um acompanhamento individualizado, incluindo também o apoio à família, pois embora sejam esferas que necessitam caminhar juntas, possuem suas especificidades:

A intervenção psicopedagógica não pode configurar-se da mesma maneira quando direcionada para o contexto escolar e quando oferecida a uma família; os instrumentos e as estratégias utilizadas irão variar conforme a orientação esteja direcionada (SOLÉ, 2001, p. 28).

Compreende-se do exposto a necessidade de tanto os alunos quanto as famílias possuírem orientação quanto aos motivos que ocasionam as dificuldades de aprendizagem, assim como conhecer e desenvolver estratégias para o enfrentamento desses problemas, buscando, assim, melhor atender e contribuir no processo de inclusão desses alunos no ambiente escolar.

Sabe-se ainda que as primeiras experiências da vida de uma criança se dão no contexto familiar. Por isso, se torna imprescindível que estas primeiras aprendizagens se desenvolvam num ambiente propício para o desenvolvimento afetivo e para a busca da autonomia das crianças, uma vez que estas primeiras experiências e emoções interferem diretamente na construção da identidade da criança e na forma como ela vai encarar o ambiente escolar, que, na maioria das vezes, é o primeiro contato da criança com a sociedade fora do ambiente familiar (SOARES, 2010).

A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO PSICOPEDAGÓGICA PARA CRIANÇAS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Enquanto espaço de construção e socialização de saberes, a escola tem o dever de atender a todos, independentemente de suas limitações, sejam elas cognitivas, físicas, culturais e afetivas. Pautada nesses ideais, nos últimos anos, no país, estudiosos de diversas áreas da educação vêm discutindo acerca da necessidade de se perceber a escola como um espaço formativo que deve atender a todos, incluindo as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Nessa perspectiva, surge a chamada “escola inclusiva”, cuja proposta não consiste apenas em promover somente a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, mas de todos, considerando que o direito à educação é garantido por lei e deve ser usufruído por todas as pessoas. Observa-se ainda que nos últimos anos, o quantitativo de alunos com necessidades educacionais especiais no país teve um aumento significativo. Conforme o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira-INEP, o número de alunos matriculados nas escolas subiu de 114.834 para 750.983, somente no período de 2005 a 2015 (INEP, 2016).

Tal fato, segundo as pesquisas do INEP, se justifica pelas mudanças na legislação brasileira, a exemplo da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que dentre outras prerrogativas reafirma a educação como um direito inalienável das pessoas consideradas público-alvo da educação especial (BRASIL, 2008).

Entretanto, é válido afirmar que foi a necessidade de incluir esses alunos que a princípio gerou a discussão sobre a inclusão escolar como um direito de todos os alunos, dentre eles aqueles considerados público-alvo da educação especial, ou seja, discentes com deficiência (física, intelectual, visual, auditiva e múltipla), transtornos de neurodesenvolvimento, a exemplo do Transtorno do Espectro Autista (TEA) e Altas habilidades/superdotação, conforme enfatiza a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008).

Assim sendo, a escola inclusiva, defendida pela legislação desde a década de 1990, deve ser aquela capaz de:

Adaptar-se, acolher e cultivar as diferenças como um elemento de valor positivo, e a abertura de um espaço pluralista e multicultural, no qual se mesclam as cores, os gêneros, as capacidades, permitindo assim o acesso a uma escola, uma educação, na qual todos, sem exclusão, encontrem uma resposta educativa de acordo com as suas necessidades e características peculiares (CAMACHO, 2003, p. 09).

Pode-se inferir que com esta nova tarefa, a escola demanda por profissionais que estejam capacitados para acolher a diversidade existente em sala de aula. No caso específico de crianças na educação infantil, sobretudo as que possuem necessidades educacionais especiais, necessitam realizar o acompanhamento com o psicopedagogo, a fim de auxiliar no desenvolvimento de suas potencialidades, considerando que na realidade de muitas instituições, este é o único profissional que além dos docentes e gestores, compõe a equipe pedagógica.

Sabe-se é na infância que a criança pequena inicia seu processo de aquisição do conhecimento nas mais diversas áreas, vivenciando situações que interferem direta e indiretamente em sua aprendizagem. Sobre essa questão, concorda-se com Relvas (2008), quando afirma que:

As experiências vividas pelo educando em desenvolvimento são referidas e imprimem significação determinante em seu processo de construção pessoal. A aprendizagem coloca em foco as diferentes dimensões do educando sob a ótica integradora do aspecto cognitivo, afetivo, orgânico e social. O 'olhar' sobre esses aspectos, ao mesmo tempo em que relativiza a importância da escola na aprendizagem, coloca em foco a importância de toda reunião de fatores 'extraclasse' que interferem no processo de construção do conhecimento e do papel do aprendiz (RELVAS, 2008, p. 112-113).

Nesse sentido, observa-se que o papel do psicopedagogo é bastante relevante, pois além de trabalhar os desafios e as possibilidades de aprendizagens dessas crianças em sua mais tenra idade, auxiliando-as em seu processo de adaptação no ambiente escolar, ele pode realizar um trabalho em parceria com o professor da sala de aula, buscando novas estratégias para que esses alunos possam aprender melhor, além de contribuir no processo de formação continuada desenvolvido na escola (SANTOS, 2007).

Além disso, este profissional pode contribuir para dar suporte na formação dos docentes que atuam com essas crianças nas classes comuns, conforme destaca Bayer (2006), propondo o desenvolvimento de novas estratégias e metodologias para se trabalhar com esses alunos, buscando estabelecer um diálogo melhor entre a escola, família e o aluno, pois um dos maiores obstáculos para que essa inclusão ocorra de forma efetiva tem sido a falta de informação sobre as dificuldades enfrentadas por estes, bem como os meios pelos quais as mesmas podem ser minimizadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Infantil enquanto um direito inalienável da criança pequena é uma conquista bastante recente no contexto brasileiro. Essa conquista revelou a necessidade de se atender essas crianças nos seus mais variados aspectos, considerando a diversidade existente na escola e na sociedade, bem como, garantir que estas aprendam de forma significativa.

Não obstante, a inserção da criança pequena no ambiente escolar desde a mais tenra idade trouxe consigo alguns desafios, dentre eles, a busca pela minimização e superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas por muitos alunos. Dessa forma, faz-se necessário que professores e demais profissionais da Educação atuem em conjunto com profissionais de diversas áreas, a exemplo do psicopedagogo.

Destaca-se que este profissional no contexto escolar, sobretudo na Educação Infantil, tem sido de grande importância, especialmente no tocante à prevenção e ao tratamento de dificuldades de aprendizagens apresentadas por crianças dentro das instituições de ensino, bem como no apoio à família e professores, fazendo com que essas esferas atuem em parceria para que haja de fato uma inclusão dessas crianças na escola e conseqüentemente na sociedade.

Por fim, pode-se afirmar que a Psicopedagogia, assim como o trabalho desenvolvido pelo psicopedagogo, constitui-se como um instrumento importante para prevenir e avaliar os problemas na aprendizagem enfrentados por muitas crianças, objetivando que estas possam desenvolver-se, conhecendo suas possibilidades e limites, além de ser um agente de transformação e mediação entre a criança, escola e a família, contribuindo direta e indiretamente na formação desse sujeito.

Espera-se que este trabalho venha contribuir para o debate sobre a importância da mediação psicopedagógica na prevenção das dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil e para o fomento de novas estratégias de inclusão e superação desses problemas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOPEDAGOGIA- ABBP. **Código de Ética do Psicopedagogo**. Aprovado em Assembleia Geral em 5 nov. 2011. Disponível em: <http://www.abpp.com.br/documentos_referencias_codigo_etica.html>. Acesso em: 03 out. 2018.

BEYER, H. O. **Inclusão e avaliação na escola**: de alunos com necessidades educacionais especiais. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

BOSSA, N. **A Psicopedagogia no Brasil, contribuições a partir da prática**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Wak, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília-DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de junho de 1990.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília-DF: MEC, 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2009.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de educação básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc>>. Acesso em: 01 out. 2018.

CAMACHO, O. T. Atenção à Diversidade e Educação Especial. In: STOBAUS, C. D.; MOSQUERA, J. J. M. (Org.). **Educação Especial: em direção à educação inclusiva**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003. p. 09-13.

COLL, C.; MARTÍN, E. **O construtivismo na sala de aula**. 6.e. Itapeverica: Editora Ática, 2006.

DIDONET, V. Creche: a que veio, para onde vai. **Revista Em Aberto**, Brasília, v. 18, n. 73. p. 11-28, 2001. Disponível em: <<http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2133>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

INEP. **Censo Escolar Brasileiro: notas estatísticas**. Brasília-DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

KRAMER, S. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

KUHLMANN JR, M. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre, Mediação, 1998.

_____. O jardim de infância e a educação das crianças pobres: final do século XIX, início do século XX. In: MONARCA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001. (Coleção Educação Contemporânea).

MARTINI, M. L.; BORUCHOVITCH, E. As atribuições de causalidade, o desenvolvimento infantil e o contexto escolar. **PSICO-USF**, v. 4, n. 2, p. 23-36, 1999.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. rev. atual. Petrópolis: Vozes, 2007. 108 p.

MORAES, D. N. M. Diagnóstico e avaliação psicopedagógica. **Revista de Educação do IDEAU**, v. 5, n. 10, jan./jul. p. 1-15, 2010. Disponível em: <https://www.ideau.com.br/getulio/restrito/upload/revistasartigos/203_1.pdf>. Acesso em: 01 out 2018.

OLIVEIRA, M. Â. C. **Psicopedagogia: a instituição educacional em foco**. Curitiba: IBPEX, 2009.

RELVAS, M. P. **Fundamentos biológicos da educação: despertando inteligências e afetividade no processo de aprendizagem**. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SANTOS, V. P. **Interdisciplinaridade na sala de aula**. São Paulo: Loyola, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SCOZ, B. J. C.; MENDES, M. H. A Psicopedagogia no Brasil: evolução histórica. **Boletim da Associação Brasileira de Psicopedagogia**, São Paulo, ano 6, n. 13, p. 12-24, jun. 2002.

SOARES, R. S. S. **Influência dos Aspectos Afetivos na Aprendizagem**. 2010. 44 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Rio de Janeiro: Instituto a Vez do Mestre, Universidade Cândido Mendes, 2010.

SOLÉ, I. **Orientação educacional e intervenção psicopedagógica**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VERCELLI, L. de C. A. **A psicologia da educação na formação docente**. 2007. 199f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2007.

VISCA, J. **Clínica Psicopedagógica: epistemologia convergente**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1987.